

DOMINGO

O GLOBO

DOMINGO, 21 DE FEVEREIRO DE 2016 ANO XCI -

Irineu Marinho (1876-1925) —∞— (1904-2003) Roberto Marinho

EXCLUSIVO/AÇÕES ENTRE AMIGOS

Aparelhamento de fundos afeta 500 mil aposentados

Rombo bilionário ameaça rendimentos de servidores de estatais

Gestão de sindicalistas ligados ao PT direcionou investimentos que causaram perdas de R\$ 29 bi

O loteamento político da gestão dos fundos de pensão de estatais nos últimos 12 anos, a partir de um núcleo sindical dos bancários de São Paulo, está por trás do rombo bilionário que ameaça os rendimentos de beneficiá-

rios pelas próximas décadas, contam BRUNO ROSA, DANIELLE NOGUEIRA, JOSÉ CASADO E RAMONA ORDOÑEZ. Gestados na burocracia do PT, esses dirigentes direcionaram investimen-

tos, Postalis e Funcef), causaram perdas de R\$ 29,6 bilhões até agosto de 2015, e podem prejudicar 500 mil pessoas. A origem do aparelhamento e seu fortalecimento são temas de uma série a partir de hoje. PÁGINAS 10 e 11

AÇÕES ENTRE AMIGOS

BONS COMPANHEIROS

1976

Em São Paulo, grupos de comunistas trotskistas criam a Organização Socialista Internacionalista (OSI) com objetivo de confrontar o regime militar nos sindicatos dos bancários, professores, metalúrgicos e químicos e, também, no movimento estudantil, onde seu braço mais visível é a corrente Liberdade e Luta (Libelu). Entre os militantes dessa corrente com maior atuação na oposição sindical na capital paulista estão os bancários e estudantes universitários Luiz Gushiken, Sérgio Rosa e Ricardo Berzoini.

1979

A oposição vence as eleições no Sindicato dos Bancários de São Paulo. Luiz Gushiken lidera o núcleo de trotskistas na diretoria, junto com Ricardo Berzoini e Sérgio Rosa



Ricardo Berzoini

JOSÉ WILLIAMS/2008

1980

Gushiken, Berzoini e Rosa abandonam o trotskismo, que já se dividia, e decidem participar da fundação do Partido dos Trabalhadores sob o comando de Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (SP)



1983

O governo militar intervém no Sindicato dos Bancários de São Paulo. Lula incentiva os sindicalistas metalúrgicos, químicos e bancários a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT). João Vaccari Neto se junta ao grupo sindical liderado por Gushiken



João Vaccari Neto

ALTON DE FREITAS/4-2016

1985

Gushiken se elege presidente do sindicato dos bancários. Nos três anos seguintes integra o Diretório Nacional do PT, elege-se deputado federal, assume a presidência do PT e coordena a campanha de Lula à Presidência, que perde a eleição de 1989 para Fernando Collor



Luiz Gushiken

ANDRÉ COELHO/16-2016

1991

Berzoini assume a secretaria-geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo, na diretoria presidida por Gilmar Carneiro. Rosa fica com a secretaria de Formação Sindical e Vaccari, com a de Assuntos Jurídicos. Gushiken deixa a presidência do PT. Os negócios pouco ortodoxos entre fundos de pensão e empresas privadas, no governo Collor, chamam a atenção de Gushiken, que inicia debates no PT sobre o potencial político e empresarial dos fundos de pensão estatais, que, até então, eram percebidos como instrumentos de cooptação política do governo

AÇÕES ENTRE AMIGOS

1992

O Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) engajam sindicatos na discussão do uso dos fundos de pensão estatais como instrumento de poder. Sindicatos de bancários decidem mobilizar os seus filiados para eleger diretores dos Fundos Previ, do Banco do Brasil, e Funcef, da Caixa Econômica Federal — parte da diretoria, até hoje, é nomeada pelas empresas patrocinadoras. Nas eleições da Previ e da Funcef, derrotam os antigos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito

1994

Ricardo Berzoini se elege presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, consolidando a posição do grupo liderado por Luiz Gushiken, agora deputado federal pelo PT, no mapa do sindicalismo paulista. Sérgio Rosa e João Vaccari continuam na diretoria



Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Crédito e Pagão

1996

Berzoini, Rosa e Vaccari criam a Bancoop, cooperativa sindical, cujos projetos serão financiados por fundos de pensão estatais. Dois anos depois, Gushiken entrega a vaga de deputado federal do PT para Berzoini, que se elege e deixa o sindicato, mas fica na Bancoop



2000

CUT inicia cursos de formação de sindicalistas em Previdência Complementar. Os cursos são desenvolvidos pela consultoria Globalprev, de Gushiken, que escreve apostilas pregando a avaliação dos fundos de pensão como "fonte de poder ou potente agente de negociação".



2002

Sérgio Rosa, diretor da Previ, escreve a conselheiros do fundo em empresas, pedindo informações sobre a "abordagem", "posicionamento" e a "participação efetiva" na eleição presidencial. As aplicações da Previ em ações privadas são quadruplicadas



Sérgio Rosa

2003

Lula assume e dá aos dirigentes sindicais 11 dos 33 ministérios, além das estatais Petrobras, Banco do Brasil e Caixa, em condomínio com PMDB e outros aliados. Berzoini assume a Previdência. Gushiken fica no Planalto. Vaccari assume o sindicato



Lula

de 11



**COM AVAL DE LULA,
SÃO INDICADOS:**

Sérgio Rosa, ex-diretor do sindicato, para presidir a Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil. Rosa sai em junho de 2010, antes da eleição de Dilma Rousseff, em meio a um conflito entre os dirigentes bancários ligados ao PT, sindicalistas adversários e o grupo liderado pelo então presidente do Banco do Brasil Aldemir Bendine



Wagner Pinheiro sai da Petros em 2010, no governo Dilma, e vai presidir os Correios. Nomeia para o Fundo Postalís o seu ex-chefe de gabinete na Petros, Antonio Carlos Conquista, dirigente bancário paulista aliado a João Vaccari Neto, que assume a Tesouraria do PT. O PMDB fica com algumas diretorias do fundo. Pinheiro é demitido no final de 2015 por Dilma, que entrega a presidência dos Correios a Giovanni Queiroz, do PDT. O bancário Conquista, do PT, permanece na presidência do Postalís



Wagner Pinheiro de Oliveira, representante dos bancários de São Paulo na CUT, para a Petros. Diretorias foram partilhadas com a federação dos petroleiros. Em 2010 foi presidir o Postalís. Na Petros entrou Luis Carlos Afonso, do PT paulistano. Renunciou em 2014. Ele e outro diretor, Humberto Grault, são investigados por suborno em negócio intermediado pelo ex-tesoureiro do PT João Vaccari. Afonso entregou o cargo ao antigo subordinado Carlos Costa, que saiu um ano depois. Foi substituído por Henrique Jäger, assessor político da FUP-CUT



Ricardo Berzolini, ministro da Previdência em 2005, nomeia Carlos Eduardo Gabas, ex-conselheiro fiscal da Bancoop, para a secretaria-executiva do ministério, com o controle da Previc, responsável pela fiscalização dos fundos de pensão. Em 2010, Gabas se torna ministro da Previdência. Dilma Rousseff o mantém no ministério. No início de 2015, ele perde o título de ministro e volta à posição de secretário-executivo. Conserva o controle da Previc. Atualmente, Berzolini é Secretário de Governo da Presidência da República. Gushiken sai do governo, em 2006, e, doente, morre em 2013



Guilherme Lacerda, sindicalista e militante do PT, para a Funcef. Ficou sete anos, equilibrando-se num acordo que envolvia a entrega de diretorias da Caixa Econômica ao PMDB. Em 2011 foi substituído por Carlos Alberto Caser, ex-presidente da Federação Nacional dos Economiários (Fenae), alinhada ao PT. Antigos dirigentes da Funcef e da Fenae estão sob investigação por participação em um conjunto de sociedades privadas, conhecido como Grupo Par, supostamente privilegiado por fundos de pensão estatais em contratos de prestação de serviços

APOSTAS EM NEGÓCIOS DE ALTO RISCO, COM APOIO DO GOVERNO

Em 12 anos, fundações acumulam prejuízos bilionários

Fundador de uma empresa que recebeu R\$ 3 bilhões em investimentos dos fundos de pensão da Petrobras, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, João Carlos Ferraz inquietou-se na cadeira ao ouvir as perguntas:

— O senhor disse que num momento de fraqueza recebeu propina milionária no exterior? Também prometeu devolver uma parte e repatriar outra?

O antigo presidente da Sete Brasil respondeu quase sussurrando: — Gostaria de reafirmar que eu vou permanecer em silêncio.

Uma voz alta surgiu no plenário da CPI dos Fundos de Pensão, ironizando: — Se é verdade, vai tornar um baita prejuízo, porque levou propina com o dólar a dois reais e pouco e vai devolver a quatro e pouco... Talvez seja um dos bons investimentos que a Petrobras fez nos últimos tempos.

Os fundos de previdência estatais ainda se encontram no lado menos visível das investigações sobre corrupção nos negócios da Petrobras. Mas as evidências dos enlaces em negócios suspeitos se espalham por diferentes inquéritos. E são realçadas pelo acervo de prejuízos bilionários que as fundações acumularam nos últimos 12 anos.

O caso da Sete Brasil é exemplar. Criada no governo Lula, dentro de uma Petrobras eufórica com o pré-sal, previa construir 28 navios-sondas para a petroleira. Os fundos Petros e Funcef compraram 18% das cotas do empreendimento. A Previ se limitou a 3,5%.



LIVALDO PEREIRA

Após trabalhar um terço de sua vida na Petrobras, Livaldo Pereira aposentou-se em 1993. Com rombo nas contas, a Petros avalia cobrar dos assistidos contribuições extraordinárias a partir de 2017. "Só pode ser má gestão dos dirigentes", lamenta



JACKSON MENDES

O aposentado Jackson Mendes, 64 anos, trabalhou 42 nos Correios. Aposentou-se em agosto de 2014. Agora, deve ter até 26% de seu benefício comprometido para equacionar o déficit do Postalis por 22 anos. "Roubaram meu dinheiro", diz, indignado

continua na p seguinte

continuação de fe anterior

PROPINAS PARA GERENTES DA PETROBRAS

Após meia década, empresa e sondas só existem no papel. O dinheiro das aposentadorias virou pó: Petros e Funcef já perderam R\$ 828 milhões, e Previ, R\$ 161 milhões. Os fundos justificam o fracasso indicando as "perspectivas favoráveis" do projeto em 2010, quando o barril de petróleo custava US\$ 100 (fechou a semana a US\$ 33).

Sobraram propinas, como as recebidas por João Carlos Ferraz e Pedro Barusco, ex-gerentes da Petrobras que montaram o projeto, se aposentaram na estatal e viraram executivos da Sete Brasil. Na Justiça fizeram acordos de delação, prometendo devolver os subornos: Barusco contabilizou US\$ 97 milhões (R\$ 388 milhões); Ferraz declarou US\$ 1,9 milhão (R\$ 7,6 milhões), e batalha para evitar o sequestro judicial dos bônus recebidos (R\$ 11,5 milhões) na presidência da companhia.

Os déficits nas fundações públicas têm origem em atos típicos de gestão temerária, em negócios obscuros e nos frágeis sistemas de controle.

— É notável que os fundos de pensão estatais integrem um circuito bilionário de negócios sem controle efetivo — diz o deputado federal Raul Jungmann (PPS-PE). — Os dirigentes não respeitam as regras, a fiscalização faz vista grossa, a

Comissão de Valores Mobiliários não tem poder para punir, e o Congresso não entende, só se interessa pelo assunto episodicamente.

Organismos de fiscalização recebem apelos constantes para intervenção nos fundos estatais deficitários. Responsável pela supervisão setorial, a Previc, do Ministério da Previdência, responde com a lembrança "dos limites legais de sua competência", e a necessidade de "avaliar tecnicamente pressupostos, necessidade e consequências".

O histórico recente dos investimentos desses fundos de previdência indica que apostas de alto risco, como a realizada na Sete Brasil, não foram acidentais. Havia um grupo de sindicalistas-gestores trabalhando de forma coordenada. Em agosto de 2003, eles se reuniram com Lula na sede da Petrobras, no Rio. Saíram convencidos de que deveriam apoiar integralmente todos os projetos governamentais de infraestrutura.

O alinhamento com o Palácio do Planalto, orientado pelo secretário de Comunicação Luiz Gushiken, intensificou-se a partir da autorização para confrontar parceiros privados — como o grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas—, considerados impeditivos à participação mais direta no controle de empresas de telefonia, privatizadas no governo anterior. Estabeleceram uma rotina de reuniões, uniram recursos e partiram para a batalha societária.

Venceram. Desde então, com respal-

do do Planalto, houve uma escalada nas aplicações de alto risco com o dinheiro das aposentadorias, a despeito de contra-indicações jurídicas internas ou da oposição no conselho fiscal.

— Na Petros adotou-se um estilo extremamente autoritário, invertendo-se a lógica da governança— conta Fernando Siqueira, ex-representante eleito nos conselhos fiscal e deliberativo.

Apesar das perdas e danos, o legado do loteamento político é defendido pelos atuais diretores dessas fundações, também originários desse processo. A Funcef, por exemplo, admite "resultados deficitários", mas os atribui ao "fraco desempenho das economias nacional e internacional". Acha que se constitui num "modelo" de governança. A Petros se afirma empenhada em "continuar reforçando" controles. No Postalis rejeita-se a palavra "déficit". Diz-se apenas que "não há previsão de superávit".

Para aposentados como Livaldo Pereira de Souza, sócio da Petros, Maria do Socorro Ramalho, da Funcef, e Jackson Mendes, do Postalis, resta uma certeza: sua renda será reduzida. Com sorte, talvez consigam recuperá-la antes do Carnaval de 2035. (José Casado, Danielle Nogueira, Ramona Ordoñez e Bruno Rosa). ●

▶▶ SERIE: AÇÕES ENTRE AMIGOS

AMANHÃ: As fábricas de prejuízos

continua na fe seguinte

PERDAS E DANOS DE UM PROJETO DE PODER

Uso político dos fundos de pensão estatais causa prejuízos e ameaça pagamento de benefícios

JOSE CASARDO, DANIELE NOGUEIRA, RAQUELA OLIVEIRA e BRUNO ROSA mat@povo.com.br

De segunda a sexta, é tudo sempre igual. Sai de casa cedo, no Jardim América, Zina Nurtu, viaja uma hora até o Centro do Ilo e passa o dia à espera de um serviço de despachante no entorno da sede da Petrobras, onde trabalhou um terço da vida. Deixou a estatal, em 1983, levando um plano de previdência vinculado na empresa como a garantia de um "futuro mais tranquilo".

Aos 71 anos, Livaldo Pereira de Sousa é um aposentado preocupado com o seu futuro e o de outros 150 mil pessoas que, como ele, apostaram no fundo de previdência da Petrobras.

— Não é possível que a Petros possa estar em situação difícil — hesita. — Quando mais vos precisa, ela não poderá pagar minha pensão? Como um fundo como a Petros, que tinha um dos maiores patrimônios depois da Previ (Banco do Brasil), pode estar em situação difícil? Isso só pode ser má gestão dos dirigentes, que sempre foram nomeados por indicação do governo federal.

Afiliação similar há um ano conosco e coadunou em Brasília do Maril do Socorro Ramalho, de 56 anos. Ex-funcionária da Caixa Econômica Federal, ela começou a ouvir rumores sobre uma crise no fundo de previdência Funcef. O boato virou realidade numa segunda-feira, 13 de abril, quando o então o presidente da Funcef Carlos Alberto Casar confirmou o déficit.

— Foi chocante, porque eles estavam falando que estava tudo bem.

Muita, como profeta ser chamada, soube de uma mobilização dos sócios do fundo dos Correios. Aposentados da Funcef e do Postalis lutam no Congresso pedir ajuda para obter informações sobre a situação das contas. Ela descobriu que a situação no Postalis é bem pior que na Funcef.

Um quarto mês de atraso, ela percebeu também como é a elevada sensibilidade da Legislativo às pressões do funcionalismo: a Câmara aprova uma CPI dos Fundos de Pensão e o Senado já tem outra na fila.

Rombo em Petros, Funcef e Postalís aumentou R\$ 3,7 bilhões ao mês em 2015

Outra razão é a velocidade em que o rombo aumentou: média de R\$ 3,7 bilhões ao mês, até agosto. Nesse ritmo, os balanços de 2015 de Petros, Funcef e Postalís, cuja divulgação está prevista para abril, devem fechar com perdas de R\$ 94,4 bilhões — um valor sete vezes maior que as perdas reconhecidas pela Petrobras em 2014.

O pagamento dessa fatura será dividido ao meio entre associados de Petros, Funcef e Postalís e as estatais patrocinadoras — ou seja, pela sociedade, porque as empresas são controladas pelo Tesouro Nacional. No Ministério da Previdência e na CPI, considera-se provável que os 500 mil sócios dos três fundos atravessarem as próximas duas décadas com reduções nos rendimentos. De até 26% no caso do Postalís.

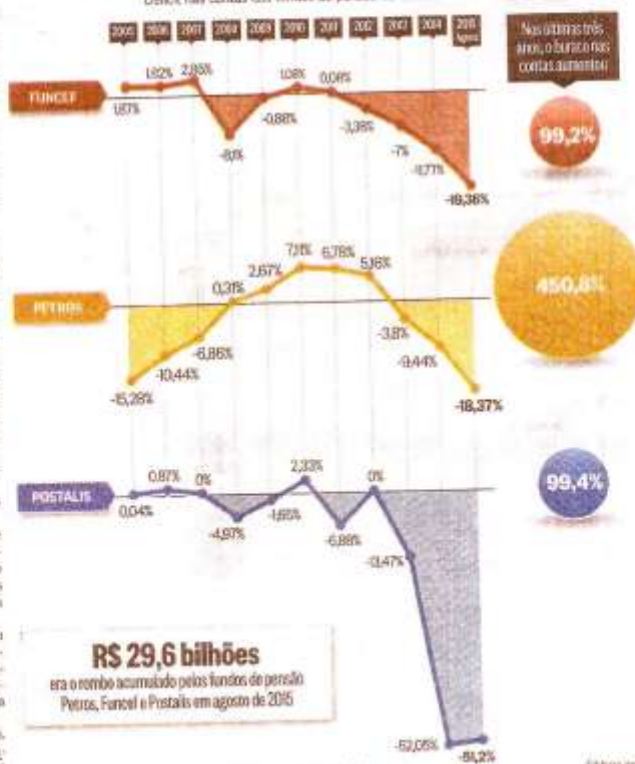
— Recobramos meu dinheiro — desabafa Lackson Mendes, aposentado com 42 anos de trabalho nos Correios.

Professora de Matemática, Memêda integra o grupo que levou a Câmara a instalar a CPI. Ele se dá conta:

— Haveram investimentos mal explicados e o dinheiro ficou pó.

LADEIRA ABAIXO

Deficit nas contas dos fundos de pensão de estatais



Fonte: Ministério da Previdência/Previ e CPI dos Fundos de Pensão da Câmara

Elaboração: Povo

A maioria dos responsáveis pelos déficits das fundações públicas tem em comum a origem no ativismo sindical. Nos últimos 12 anos, os principais gestores dos fundos de Petros, Banco do Brasil, Caixa e Correios saíram das fileiras do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

É uma característica dos governos Lula e Dilma, e as razões têm mais a ver com perspectivas de poder e negócios do que com ideologias.

Os sindicalistas gestores agem como força forte alinhada ao governo. Compoem uma casta emergente na burocracia do PT. Agregam interesses pela capacidade de influir no acesso de grandes empresas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), fonte principal de recursos subsidiados do BNDES. Onde não têm hegemonia, por efeito do loteamento administrativo, conectam em tensão permanente com indicados pelo PMDB e outros partidos, caso do Postalís.

O uso dos fundos de pensão estatais como instrumento de governo é um traço peculiar do modo de organização política brasileira. Moldado no regime militar, as 88 fundações públicas existentes dispõem de uma reserva de investimentos (R\$ 450 bilhões no ano passado) que se torna governantes: permite-lhes vislumbrar a possibilidade de induzir iniciativas econômicas, por meio da participação dos fundos na maioria de propriedade das empresas envolvi-

das. Petros, Previ, Funcef e Postalís, por exemplo, concentram dois terços do patrimônio dos fundos públicos.

Essas entidades parastatais cresceram na privatização iniciada por Fernando Collor e Itamar Franco. Com Fernando Henrique Cardoso, passaram ao centro das mudanças na mineração (Vale) e nas comunicações (Telefônica).

Quando chegou ao Planalto, em 2003, Lula estava decidido a ampliar esse canal de influência sobre o setor privado, pela via da multiplicação da presença dos fundos de pensão estatais e do BNDES no quadro societário das empresas.

Havia um projeto, desenhado desde os primórdios do PT e da Central Única dos Trabalhadores, por iniciativa de Luiz Goulart, então presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Tipo incoerente, ascendeu à liderança sindical convocando greves a bordo de termo e gravatin. Trocou a militância no comitê misto de petista pela composição com Lula, líder dos metalúrgicos, a partir de uma conversa de botequim. Ajudou a escrever o primeiro estatuto, presidiu o PT, elegeu-se deputado federal três vezes e se tornou um dos mais influentes assessores de Lula.

Foram os negócios nada ortodoxos entre fundos estatais e empresas privadas durante o governo Collor, em 1991, que levaram Goulart e dois diretores do sindicato paulistano, Ricardo Berzoi-

ni e Sérgio Ilioa, a abrir o debate dentro do PT sobre o potencial político dos fundos de pensão — até então percebidos como meros instrumentos governamentais de cooptação de sindicalistas.

No ano seguinte, a cúpula político-sindical do PT elegeu bancários para diretores da Previ e da Funcef, derrotando a velha guarda da Confederação dos Trabalhadores nas Empresas de Cédulo.

O grupo avançou com a eleição de Berzoi ni à presidência do sindicato paulistano, com Sérgio Ilioa e João Viscari Neto na diretoria. Meses depois, esse trio teve a ideia de entrar no ramo imobiliário com apoio financeiro dos fundos de previdência: nasceu a bancop, cooperativa habitacional, hoje alvo de múltiplos processos por suposto desvio de dinheiro para companhias do PT e cabote em mais de dois mil clientes.

Goulart decidiu não disputar o quarto mandato de deputado federal pelo PT, em 1998. Berzoi ni ficou com o cargo. Elegeu-se, mas fez questão de continuar na direção da bancop até a campanha presidencial de Lula, em 2002.

Na sede da CUT, Goulart instalou um curso para formação de sindicalistas em Previdência Complementar. Silenciava o nome nas apostilas: "No Brasil, o fundo de pensão como fonte de poder no como potente agente de negociação nunca foi objeto de discussão nos sindicatos (...) Existe a possibilidade, não remota, de que este monumental volume de recursos, oriundos do sacrifício de milhões de trabalhadores, venha a se transformar num gigantesco penadelo para estes mesmos trabalhadores".

O grupo testou o potencial de um fundo estatal na campanha presidencial de 2002. Sérgio Ilioa estava na diretoria de Participações da Previ, onde decidiu-se os investimentos. Num quinta-feira, 15 de maio, ele despachou cartas a uma centena de conselheiros do fundo em empresas privadas. Pediu informações sobre como a disputa política "está sendo abordada na empresa em que nos representa" e "qual o posicionamento" das companhias privadas quanto à "participação efetiva no processo".

Naquele ano eleitoral, as aplicações da Previ no mercado de ações foram quadruplicadas. Adversários sindicais, como Magno de Melo e Valmir Camilo, relacionaram as aplicações da Previ com doações de empresas privadas para Lula e 254 candidatos do PT em todo o país.

Eleito, Lula deu à burocracia sindical 11 dos 33 ministérios e partilhou diretorias na Petrobras, Banco do Brasil, Caixa e Correios com PMDB e PTB, entre outros integrantes da "maior base parlamentar do Ocidente", como definiu o ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Goulart ficou com a Secretaria de Comunicação; Berzoi ni foi para o Ministério da Previdência; e Viscari assumiu o sindicato em São Paulo. Eles delimitaram com Lula o comando dos maiores fundos de pensão estatais a partir do núcleo do sindicalismo bancário. Assim, Sérgio Ilioa ganhou a presidência da Previ, Wagner Pinheiro ficou com a Previ e Goulart e Lacomda foi para a Funcef. Ao PMDB reservaram o mensal, Postalís.

Na Previdência, Berzoi ni fechou o circuito com a nomeação de um ex-conselheiro fiscal da Bancop, Carlos Ginhão, para a secretaria-executiva do ministério, que controla o órgão de regulamentação dos fundos de pensão, a Previ. Passaram os anos seguintes lutando na prática o projeto que haviam imaginado na década de 80. Os bens compartilhados estavam no poder. ■

PT se organizou para utilizar as fundações públicas como instrumento de governo

TERMO DE ESCLARECIMENTO

Toda esta história apresentada nesta matéria do jornal O GLOBO mostra o uso dos Fundos de Pensão Estatais como um instrumento de poder, a partir do **Partido dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Sindicatos dos Bancários e a FUP – Federação Única dos Petroleiros** JUSTIFICA POR QUE ESTES SINDICATOS assinaram este Termo de Esclarecimento.

JUSTIFICA também por que estes SINDICATOS EMPENHARAM insistentemente para que os desinformados ASSISTIDOS, pacífica e passivamente, optaram por abrir mão de seus direitos de suas aposentadorias BD - Benefício Definido.

Estes Agentes – PT, CUT, FUP SABIAM em 2006 o destino que deram às Reservas Técnicas (os Recursos Garantidores) para pagamentos de Benefícios BD, por isso a “ insistência ” nas repactuações.

Termo de Esclarecimento

Visando o esclarecimento da verdade dos fatos em relação ao item 2 do Termo de Adesão de Participante e Assistido às Alterações do Regulamento do Plano Petros, em que é citado: "as alterações referidas no item (1) ocorrerão especificamente nos artigos 41 e 42, bem como, eventualmente, em outros artigos do referido Regulamento relacionados diretamente com a proposta da Companhia", a Petrobras esclarece que:

Conforme previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas, assinado entre a FUP, Sindicatos, Petrobras e Petros, no dia 31 de maio de 2006, a adesão do participante e assistido à repactuação do Regulamento do Plano Petros diz respeito somente às alterações dos artigos relacionados com a proposta da companhia e constantes do referido Acordo.

Assim, por exemplo, relativamente à desvinculação do índice de reajuste do benefício de Suplementação de Aposentadoria e Suplementação de Pensão pagos pela Petros do índice de reajuste salarial da Petrobras, serão alterados tão-somente os artigos 41 e 42 do regulamento do Plano Petros ou outros que estejam com estes relacionados.

Por estes artigos ou outros que com eles estejam relacionados, a suplementação passa a ser vinculada ao IPCA, desvinculando-se o benefício pago pela Fundação Petros daquele concedido pela Previdência Oficial, a partir de sua concessão.

Da mesma forma em relação aos demais assuntos que serão objeto de alteração no Regulamento, como aqueles decorrentes de compromisso assumido pela Petrobras relativo ao recálculo do benefício da Suplementação de Pensão e revisão do custeio do Plano Petros: com a repactuação, a Petrobras passará a contribuir paritariamente também com a contribuição dos aposentados.

A mesma coisa no que se refere ao compromisso da Petrobras quanto à gestão da Petros (a participação de dois diretores eleitos pelos participantes ativos, aposentados e pensionistas, e a criação dos comitês gestores); a redução do limite de idade 78/79; e os demais avanços da proposta.

Portanto, a Petrobras garante que por força da repactuação só serão alterados os artigos do Regulamento que digam respeito especificamente às mudanças previstas no Acordo de Obrigações Recíprocas, ou com outros que digam respeito especificamente a estas mudanças.

Desta forma, improcede a interpretação feita por alguns de que, com a repactuação, o participante estaria dando um "cheque em branco" para a Petrobras modificar OUTROS artigos do Regulamento do Plano Petros além daqueles que constam da Proposta da Companhia.

A Petrobras, portanto, afirma que, com a repactuação não haverá alteração de qualquer outro artigo que não aqueles expressamente referidos no Termo de Adesão e no Acordo de Obrigações acima referido ou que com eles tenham referência.


Para que fique afastada qualquer dúvida quanto à transparência do processo, está disponível na INTRANET da Petrobras e da Petros o inteiro teor do Acordo de Obrigações Recíprocas, assinado entre a FUP, Sindicatos, Petrobras e Petros, onde figuram todas as disposições do Regulamento Petros que serão modificadas com a repactuação.

Os presentes esclarecimentos se fazem necessários para tranquilizar os participantes e assistidos, bem como afastar qualquer dúvida, passando os presentes esclarecimentos a integrar o Termo de Adesão de Participante e Assistido às Alterações do Regulamento do Plano Petros do Sistema Petrobras, permanecendo inalteradas todas as demais disposições do referido Termo.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2006.



Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros



Petrobras Química S.A. - Petroquisa



Federação Única dos Petroleiros – FUP



Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2006.

ERRATA TERMO DE ESCLARECIMENTO 2 SE REFERE AO ITEM 10

Caros aposentados e pensionistas,

Para que não restem quaisquer dúvidas sobre o processo de Repactuação do Plano Petros, a Petrobras informa que o Termo de Esclarecimento 2 ao Termo de Adesão de Participante e Assistido às Alterações do Regulamento do Plano Petros, publicado no dia 11 de agosto de 2006, e que se refere ao item 9 do Termo, no caso específico de aposentados e pensionistas, se aplica ao item 10, onde se encontra a seguinte redação:

"Com a aceitação do presente Termo, reconheço que, implementadas as condições referidas no item (4) do presente, exerço em caráter irrevogável e irretratável, extensivo aos meus herdeiros e sucessores, a minha opção pelas novas regras do Plano Petros do Sistema Petrobras, em relação à alteração dos artigos 41 e 42, bem como, eventualmente, em outros artigos do referido Regulamento relacionados diretamente com a proposta da Companhia, conforme previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas, assinado entre as FUP, Sindicatos da categoria profissional, Petrobrás e Petros, no dia 31 de maio de 2006, para nada mais reclamar em Juízo ou fora dele."

Finalmente, que fique claro que toda a redação do Termo de Esclarecimento 2 é válida para o item 10.

24 08 2006

Wagner P. Oliveira

Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros

Djigo H.

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Estevão de

Federação Única dos Petroleiros – FUP

Os esquemas do ministro motoqueiro

Como o ex-titular da Previdência aparelhou os fundos de pensão para montar, segundo a CPI, uma máquina de arrecadar dinheiro para o PT

Sérgio Pardellas (sergiopardellas@istoe.com.br)

Ao se debruçar sobre as indicações do PT para cargos estratégicos nos fundos de pensão, a CPI responsável por investigar o tema no Congresso puxou o fio de um intrincado novelo e alcançou um personagem mais conhecido em Brasília por oferecer a garupa de sua moto Harley Davidson vermelha para a presidente Dilma Rousseff, nas horas vagas, do que pelo zelo no manejo do dinheiro público. Trata-se do ex-ministro da Previdência, Carlos Gabas, atual secretário especial da pasta. Um organograma sigiloso, ao qual ISTOÉ teve acesso, em poder da CPI desde a semana passada, mostra como Gabas aparelhou a Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) com pessoas de sua estrita confiança de modo a exercer ascendência sobre os principais fundos de pensão do País e a gerir negócios ao sabor dos interesses do PT. De tão extensa, a teia tecida pelo ex-ministro acabou entrelaçada aos esquemas investigados pela Lava Jato.

VELOZ

O atual secretário especial da Previdência, ex-ministro Carlos Gabas, controla a Previc, a partir da qual exerce ascendência sobre os demais fundos de pensão do País

Controlar a Previc é como ter em mãos a chave de um cofre recheado. O órgão é responsável por regular e fiscalizar todos os fundos de pensão existentes no Brasil. Significa que quem comandá-lo pode realizar intervenções e autuações nas fundações conforme sua conveniência. Para se ter uma ideia do peso dessa arca de dinheiro, o total de ativos dos fundos de pensão somou R\$ 733 bilhões no primeiro semestre deste ano. Por isso, manter a Previ sob sua batuta representou o pulo do gato

para o motoqueiro Gabas e para o PT.

A partir da nomeação, em junho de 2014, de Carlos De Paula como diretor Superintendente da Previc, o então ministro da Previdência conferiu capilaridade ao esquema - mantido até os dias atuais, segundo apurações preliminares da CPI. Seguindo orientações do chefe e companheiro de passeios de moto pelas largas avenidas da capital federal, De Paula avançou em novembro do ano passado sobre a Petros, fundo de pensão da Petrobras, ao indicar como interventor Walter de Carvalho Pare nte. Para consumir a intervenção, no momento em que a Petros amargava uma de suas mais graves crises internas, como consequência das denúncias do doleiro Alberto Youssef, o superintendente da Previc obteve o aval da Anapar (Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão), cujo vice-presidente José Henrique Sosseron é aliado de Gabas des de os tempos do sindicato dos bancários. Com o fim do processo de intervenção, uma nova direção foi empossada na Petros. Ascendeu à estratégica diretoria de Finanças e Investimentos da Petros, Lício da Costa, uma indicação da presidente do INSS, a petista Elisete Berchiol, chancelada por Gabas. A partir daí, o esquema se interliga a Lava Jato. Lício da Costa era diretor da empresa VIS Investimentos e tinha como sócios Alexandre Romano, ex-vereador do PT de Americana, co nhecido como Chambinho, hoje preso em Curitiba, Eduardo Evangelista, parceiro do petista no escritório de advocacia Oliveira Romano Associados, e Thais Brescia, alçada a gerente de crédito privado da Petros.

LAURO JARDIM



oglobo.globo.com/laurojardim
Com Gabriel Mascarenhas, Athos Moura e Clarissa Stycer



LAVA-JATO *Não acaba nunca 1*

O doleiro brasileiro Francisco Junior, o Jubra, preso em maio na Câmbio, Desligo, fechou um acordo de delação premiada com o MPF-DF. Está detonando alguns fundos de pensão estatais investigados pela Operação Greenfield.

05.09.2016

Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã desta segunda-feira (5) a **Operação Greenfield** em oito estados e no Distrito Federal para apurar crimes de gestão temerária e fraudulenta contra **Funcef**, da Caixa Econômica Federal; **Petros**, da Petrobras; **Previ**, do Banco do Brasil; e **Postalís**, dos Correios — quatro dos maiores fundos de pensão do país.

SAIBA MAIS

- Fundos de pensão investigados pela PF respondem por 62,6% do rombo do sistema
- Operação da PF é resultado de combate a atos ilícitos contra mercado de capitais, diz CVM

VOCÊ VIU?

- Processo para cidadania italiana muda e fica mais rápido
- 10 frases para puxar conversa que são praticamente infalíveis
- 6 técnicas para aprender qualquer coisa — e não esquecer mais

Cerca de 560 policiais estão nas ruas para cumprir um total de 127 mandados judiciais expedidos pela 10ª Vara Federal de Brasília. Sete deles são de prisão temporária, 106 de busca e apreensão e 34 de condução coercitiva nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Amazonas, além do Distrito Federal.

A Justiça determinou também o sequestro de bens e o bloqueio de ativos e de recursos em contas bancárias de 103 pessoas físicas e jurídicas no valor aproximado de R\$ 8 bilhões. Além dos policiais, 12 inspetores da CVM, quatro procuradores federais da CVM, oito auditores da Previc e sete procuradores da República também participam da operação desta segunda-feira.

Na sede do Postalís, em Brasília, apenas os funcionários ligados à área de investimentos foram autorizados a entrar. Chegaram a chamar um chaveiro para abrir gavetas com documentos. A reunião do Conselho Deliberativo, que aconteceria no prédio às 14h, foi transferida para a sede dos Correios. Alexej Predtechensky (Russo), ex-presidente do fundo apontado pela PF e Ministério Público Federal como um dos responsáveis por fraude no fundo, foi levado por agentes da PF em condução coercitiva.

Segundo fontes ouvidas pelo GLOBO, também foi conduzido para dar esclarecimentos o ex-diretor de investimentos Adilson Florêncio da Costa, que recentemente já tinha sido alvo de outra operação da PF. Florêncio da Costa tinha sido preso em junho na Operação Recomeço. O caso ficou famoso por o executivo ser o pivô de uma das histórias famosas de Brasília: o garoto que foi salvo por um bombeiro do poço das ariranhas do zoológico da capital federal nos anos 80.

Na operação desta segunda-feira, um dos focos da PF é o Fundo de Investimentos em Participações (FIP) Multiner, de acordo com uma fonte a par dos bastidores do trabalho da PF.

Segundo uma fonte ligado à Petros, também estão no foco da PF os investimentos feitos pelo FIP Enseada, que investiu R\$ 68,5 milhões na Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (CBTD), da marca Gradiente. Segundo nota em seu site, a Petros fez um investimento em 2011 subscrevendo 25% das quotas do FIP Enseada. Ela fez o aporte juntamente com a Funcef, com a Agência de Fomento do Amazonas (Afeam) e com a Jabil, empresa que era credora da Gradiente.

Os outros FIPs envolvidos são o Sondas (investimento na Sete Brasil), Global Equity (imobiliário) e o Florestal (de Petros e Funcef, que detém participação de 17,06% na Eldorado).

Executivos da JBS

A Justiça Federal também determinou a condução coercitiva dos empresários Joesley Batista e Wesley Batista, donos do grupo J&S, que detém empresas como a JBS, Vigor e Alpargatas. Wesley já prestou depoimento na superintendência da PF em SP e já deixou o local. Já Joesley está no exterior e por isso o pedido de condução coercitiva não foi cumprido.

A operação da PF inclui as empresas J&F Investimentos e Eldorado Celulose. Wesley é membro da família Batista, controladora da J&F, que por sua vez controla a Eldorado Celulose. Representantes da J&F afirmaram que a operação da PF não envolve a processadora de carne JBS, da qual Wesley é presidente-executivo.

Apesar disso, a JBS tinha a maior queda do Ibovespa, principal índice da Bolsa de São Paulo, após Wesley Batista ser conduzido para depor em operação da PF. As ações da empresa na Bolsa de São Paulo recuavam 3,85% às 15h15.

A J&F diz que sua controlada, a Eldorado Celulose recebeu em 2009, por meio de um Fundo de Investimento em Participações (FIP), R\$ 550 milhões da Funcef e da Petros e que esses recursos, atualizados, chegavam a R\$ 3 bilhões em dezembro de 2015 — segundo laudo independente que teria sido feito pela Deloitte.

Também já prestaram depoimentos em São Paulo Renata Marotta, da Funcef, e Gerson Almada, ex-vice-presidente da Engevix e que já foi preso no âmbito da operação Lava Jato.

No início da tarde, também citado na Greenfield, o empresário Walter Torre, da construtora W.Torre, prestava esclarecimentos na PF. Em nota, o Grupo WTorre esclarece que a companhia não teve e não tem nenhuma relação direta com nenhum dos fundos de pensão citados na Operação Greenfield. O texto explica que a empresa não tem negócios na esfera do poder público. Além disso, diz a nota, a companhia e seus executivos estão, sempre que solicitados, à disposição da Justiça e demais autoridades.

Léo Pinheiro é preso

O empresário Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, foi um dos alvos de mandado de condução coercitiva em meio às investigações da Operação Greenfield. Paralelamente, Pinheiro foi detido em São Paulo, onde cumpria prisão domiciliar. A detenção foi expedida pela 13ª Vara Federal de Curitiba, como parte da Operação Lava-Jato.

De acordo com o G1, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto também foi alvo da Operação Greenfield. Contra ele haveria um mandado de busca e apreensão.

No Rio, economista é preso

No Rio de Janeiro, o alvo do mandado de prisão temporária é o economista Humberto Pires Gault Vianna de Lima, que passou pelos fundos de pensão da Caixa (Funcef) e da Petobras (Petros).

Durante sua passagem pela Petros, Pires ajudou a criar o fundo de Investimentos da Bancoop, cooperativa habitacional dos bancários de São Paulo, ligada ao ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto.

O economista trabalhou ainda em dois fundos de investimentos criados em uma parceria entre a Petros e o banco BVA, tornando-se eventualmente diretor da Vitória Asset Management, subsidiária do banco. O BVA sofreu intervenção do Banco Central em 2012, depois de detectadas "graves violações às normas legais", mas Pires Gault não teve os bens bloqueados, como outros dirigentes, por já ter deixado o banco havia mais de um ano.

Um dos membros de fundo de pensão que foram alvos de condução coercitiva é Antonio Braulio de Carvalho, ex-diretor da Funcef. Braúlio hoje é presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar). Os agentes da PF ainda cumprem mandados de busca e apreensão na sede da Funcef em Brasília.

Santander e Bradesco

A PF também fez buscas por documentos em bancos. Um deles foi a sede do Santander Brasil, em São Paulo. "A Polícia Federal solicitou ao Santander o fornecimento de alguns documentos relacionados aos fundos Funcef, Global, Petros, Previ e à Sete Brasil", informou o banco, em nota. "Fundamental esclarecer que essas investigações não têm qualquer relação com o Santander, mas sim com os referidos fundos."

A PF também buscou documentos nas sedes da BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e da gestora de recursos Bradesco Asset Management, ambas do grupo Bradesco.

"A BRAM e a BEM, na qualidade de prestadores de serviços para terceiros, respectivamente para gestão e administração de fundos de investimentos, informam que seguem estritamente o regulamento dos fundos sob sua gestão e administração e as regras definidas pelos reguladores. Acrescentam ainda que estão prestando toda a colaboração requerida pelas autoridades", informou, em nota, o banco.

A PF também realizou busca de documentos por duas horas na sede da Rio Bravo Investimentos no Rio, informou a gestora. Segundo a assessoria de imprensa da companhia, não houve qualquer mandado de prisão ou de condução coercitiva relacionado à gestora.

"A Rio Bravo tem poucas relações com os fundos de pensão que são objeto desta investigação, mesmo trabalhando com a maior parte das empresas deste segmento, sempre com lisura, ética e total observância à legislação. A Rio Bravo fará tudo a seu alcance para apoiar as ações das autoridades brasileiras no combate a práticas ilegais de agentes públicos e privados, e está totalmente à disposição para prestar informações e auxiliar as investigações", afirmou, em nota, a gestora.

Além de PF e Ministério Público Federal, a ação conta com o auxílio técnico da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Núcleos e ação em junho

Nas investigações, foram identificados um núcleo empresarial, um núcleo dirigente de fundos de pensão, um núcleo de empresas avaliadoras de ativos e um núcleo de gestores e administradores dos FIPs. Segundo a PF, os investigados podem responder por gestão temerária ou fraudulenta, além de outros crimes contra o Sistema Financeiro Nacional previstos na lei nº 7.492/86.

Em junho deste ano, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal já haviam deflagrado uma operação para investigar suspeita de desvio de recursos dos fundos de pensão Petros e

Postalis na aquisição de debêntures do Grupo Galileo, com mandados de prisão para sete pessoas, incluindo o ex-diretor financeiro do Postalis Adilson Florêncio da Costa.

O nome da operação, Greenfield, faz menção a investimentos que envolvem projetos iniciais, ainda no papel, como se diz no jargão dos negócios. Um empreendimento já em operação, por outro lado, é chamado de brownfield.

O que dizem os fundos

Segundo a Previ, nenhum integrante do fundo de pensão foi alvo de mandado de prisão ou de condução coercitiva. Em nota, o fundo informou que a PF cumpriu mandado de busca e apreensão na sede da entidade no Rio. De acordo com o comunicado, "toda a documentação requerida foi disponibilizada".

"Ressaltamos que, no âmbito da CPI dos Fundos de Pensão concluída recentemente na Câmara dos Deputados, o relatório final da investigação confirmou a boa governança da PREVI. Nenhum dirigente ou executivo da Entidade estava entre as pessoas indiciadas pela comissão, assim como qualquer constatação de irregularidades do fundo", afirmou o fundo de pensão.

Em nota, o Postalis informou que "já se colocou à disposição das autoridades e tem todo interesse que os fatos investigados sejam esclarecidos com celeridade". A PF esteve na sede da fundação na manhã desta segunda-feira.

"A Polícia Federal solicitou ao Santander o fornecimento de alguns documentos relacionados aos fundos Funcef, Global, Petros, Previ e à Sete Brasil", informou o banco, em nota. "Fundamental esclarecer que essas investigações não têm qualquer relação com o Santander, mas sim com os referidos fundos."

Já a Engevix informou que não comenta investigações sob sigilo de Justiça.

Nota da redação: Uma versão anterior desta reportagem informava que Humberto Pires Gault Vianna de Lima passou pelo Funpresp. Mas, em nota, o fundo dos servidores públicos federais esclareceu que "o economista foi nomeado como Diretor de Investimentos da Fundação, em dezembro de 2012, antes do início das operações da Entidade, mas não assumiu o cargo e nem sequer chegou a tomar posse".

Entre os mais proeminentes estão os irmãos Wesley e Joesley Mendonça Batista, responsáveis pelo grupo J&F Investimentos, controlador de empresas como a JBS (que por sua vez controla marcas como Swift, Friboi e Seara) e a Eldorado Celulose.

Wesley foi alvo de condução coercitiva e foi questionado sobre a fusão entre as empresas Florestal e Eldorado, bem como a criação do FIP Florestal, que se beneficiou do aporte de capital do Funcef e do Petros, que sofreram prejuízo nas negociações. Joesley também era alvo de condução coercitiva, mas está no exterior.

Também foi alvo de condução coercitiva Eugênio Emílio Staub, presidente da Gradiente, apontado como "um dos principais responsáveis pela concepção do esquema criminoso que gerou prejuízo" ao Funcef no investimento do FIP Enseada. Walter Torre Júnior, do grupo Wtorre, também foi alvo. A WTorre foi, segundo os investigadores, beneficiada pelo investimento FIP RG Estaleiros.

Além desses, estão na lista de investigados Cristiano Kok, da Engevix, denunciado pelo MPF no âmbito da Operação Lava Jato, mas absolvido por falta de provas; Eduardo Costa Vaz Musa, da Sete Brasil, réu confesso na Lava Jato; e Gerson de Mello Almada, ex-vice-presidente da Engevix, condenado a 19 anos de prisão na Lava Jato, entre outros.

Abaixo, a lista dos 40 investigados, bem como as irregularidades atribuídas a eles. Todos tiveram passaportes apreendidos e foram proibidos de deixar os municípios em que residem, bem como de entrar nos edifícios dos fundos de pensão, de atuar em suas funções, seja nos fundos ou nas empresas que gerem, e de se comunicar com qualquer outro investigado no esquema.

Há semelhanças com o esquema de corrupção investigado na Lava Jato?

De acordo com o juiz Vallisney de Souza Oliveira, sim. Na decisão que autoriza a deflagração da operação, Oliveira afirma que as fraudes eram realizadas com objetivo semelhante aos conhecidos "superfaturamentos" de obras públicas, nos quais o valor de uma obra é superestimado a fim de justificar um pagamento maior por parte do poder público. No caso, a mesma lógica era usada para extrair dinheiro dos fundos de pensão.

Por que a operação se chama Greenfield?

O nome faz alusão a investimentos que envolvem projetos em fase inicial, ainda no papel, como se diz no jargão dos negócios. O contrário de investimentos *greenfield* é *brownfield*, no qual os recursos são aportados em um empreendimento/empresa já em operação.

A Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deflagraram na segunda-feira 5 a Operação Greenfield, que investiga fraudes bilionárias contra quatro dos maiores fundos de pensão de funcionários de empresas estatais: Funcef (Caixa), Petros (Petrobras), Previ (Banco do Brasil) e Postalís (Correio).

Participaram da operação quase 600 pessoas, a maioria policiais federais, mas também inspetores da CVM, 4 procuradores federais, procuradores da República e auditores, que atuaram em sete estados e no Distrito Federal. A operação foi autorizada pelo juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília. Abaixo, entenda os detalhes da operação.

O que a Operação Greenfield investiga?

A operação investiga possíveis fraudes que causaram déficits bilionários aos fundos de pensão. A força-tarefa da operação analisou dez casos e verificou irregularidades e ou ilegalidades em pelo menos oito deles, envolvendo Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), os instrumentos usados pelos fundos para adquirir participação acionária em empresas.

Como funcionava o esquema?

De acordo com os investigadores, as aquisições de cotas do FIP eram precedidas de avaliações econômico-financeiras irreais e tecnicamente irregulares, com o objetivo de superestimar o valor dos ativos da empresa, aumentando, de forma artificial, a quantia total que o fundo de pensão deveria pagar para adquirir a participação acionária indireta na empresa.

O resultado é que os fundos pagavam pelas cotas mais do que elas de fato valiam, sofrendo um prejuízo "de partida", independente do sucesso que a empresa viesse a ter no futuro.

Qual o tamanho do prejuízo?

O possível prejuízo causado pelo esquema é de R\$ 8 bilhões. Como tentativa de reaver esse valor, a justiça determinou o bloqueio de bens e ativos de 103 pessoas físicas e jurídicas, que incluem 90 imóveis, 139 automóveis, uma aeronave, além de valores em contas bancárias, cotas e ações de empresas. Durante a operação, foram apreendidos R\$ 350 mil, U\$ 100 mil e € 50 mil, além de obras de arte, joias e veículos de luxo.

Quantas pessoas foram presas?

A Justiça autorizou sete prisões temporárias, mas apenas cinco foram realizadas na segunda-feira 5. Foram detidos Carlos Augusto Borges, diretor de Participações Societárias e Imobiliárias do Funcef; Demóstenes Marques, ex-diretor de Investimento do Funcef; Humberto Pires Gault Vianna de Lima, ex-funcionário da Petros e ex-gerente de Investimento do Funcef; Guilherme Narciso de Lacerda, ex-presidente do Funcef; e Maurício Marcellini Pereira, atual diretor de Investimentos do Funcef.

Há empresários envolvidos na suposta fraude?

Nos pedidos que fez à Justiça a respeito da Greenfield, o Ministério Público Federal elencou um grupo de 40 pessoas apontadas como as principais responsáveis pela ilegalidade. Além dos sete alvos de pedido de prisão temporária, há uma série de empresários, alguns deles muito conhecidos.

Política

Corrupção

Operação Greenfield: entenda o escândalo nos fundos de pensão

por Redação — publicado 06/09/2016 10h53, última modificação 10/11/2016 20h26

O novo caso de corrupção, que pode ter dado prejuízo de R\$ 8 bilhões a fundos estatais, se assemelha aos desvios em grandes obras públicas